Parecer do Comité das Regiões sobre cidades do futuro: cidades sustentáveis em termos ambientais e sociais

(2012/C 277/04)

O COMITÉ DAS REGIÕES

- apoia a necessidade de estratégias holísticas para o desenvolvimento urbano sustentável, de cooperação horizontal e vertical num sistema de governação participativo e transversal a todos os níveis de governo e de políticas, que levem em conta a diversidade das cidades e a importância da inovação social e do planeamento futuro;
- indica que é urgente contrariar a crescente polarização económica e social na nossa sociedade com investimento na educação para todos, desde a primeira infância, em mercados de trabalho inclusivos, na aprendizagem ao longo da vida e numa política de integração ativa e com salários justos suficientes para suprir as necessidades dos cidadãos e iguais para homens e para mulheres;
- destaca a importância de satisfazer as necessidades que são fundamentais para a sociedade, ou seja, o acesso à habitação, às creches, aos jardins de infância e espaços seguros onde as crianças possam brincar e desenvolver-se, contribuindo assim para eliminar os obstáculos que dificultam a constituição ou a ampliação de uma família;
- destaca os desafios colocados pelas alterações climáticas e a necessidade de reduzir o consumo de energia através de processos de reciclagem e de aumentar a eficiência energética, os sistemas interconectados, a área de espaços abertos e verdes, os novos métodos de construção e as formas de mobilidade seguras e saudáveis sem impacto sobre os recursos existentes;
- assinala a importância da cultura e da criatividade, não só para o crescimento económico, mas sobretudo para a criação de qualidade de vida, uma democracia participativa, a paz e o respeito mútuo;
- sublinha a importância fundamental de elementos participativos na elaboração de políticas;
- considera necessários os vários esforços das instituições europeias para apoiar as cidades e espera que o próximo período de financiamento emita um sinal claro de apoio às cidades através de uma forte dimensão urbana, de maior flexibilidade na utilização dos recursos e um papel central na implementação da política de coesão para o nível local;
- congratula-se com o desenvolvimento de instrumentos de financiamento sustentáveis na política estrutural, que constituem mecanismos de financiamento criativos e estáveis.

Relatora	Hella DUNGER-LÖPER (DE-PSE), representante plenipotenciária do estado federado de Berlim para os Assuntos Federais e Europeus
-----------------	---

I. RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

O COMITÉ DAS REGIÕES

Contexto e motivação

1. aprecia o facto de a Presidência dinamarquesa da UE lhe ter solicitado um parecer sobre este assunto e louva a sua participação ativa na 5.^a Cimeira das Regiões e das Cidades, realizada em 22 e 23 de março de 2012, em Copenhaga, sobre o tema «O tecido urbano europeu do século XXI», reconhecendo assim o contributo das cidades e das regiões para a integração europeia e o seu papel fundamental na concretização dos objetivos da Estratégia Europa 2020;

2. observa com interesse o relatório da Comissão Europeia sobre as «Cidades do Futuro – Desafios, visões e percursos para o futuro» (outubro de 2011) e partilha da visão aí formulada sobre a cidade do futuro como «um lugar de avançado progresso social, com um alto grau de coesão social, uma habitação socialmente equilibrada e serviços sociais, de saúde e de “educação para todos”, uma plataforma para a democracia, o diálogo cultural e a diversidade, um espaço de regeneração verde, ecológica ou ambiental, um espaço atrativo, motor de crescimento económico»;

3. concorda com as preocupações expressas no relatório «Cidades do Futuro» relativamente às ameaças originadas por mudanças demográficas, crescimento negativo e enfraquecimento da articulação entre crescimento económico, emprego e progresso social. Outras ameaças são o aumento das disparidades de rendimentos, o incremento da polarização social e da segregação, assim como um número crescente de «excluídos da sociedade», a expansão urbana e a crescente pressão sobre os ecossistemas urbanos;

4. sublinha que a União Europeia, no seu todo, só conseguirá alcançar os objetivos da Estratégia Europa 2020, se as cidades, como locais de inovação social e económica, tiverem capacidade de contribuir plenamente para o crescimento inteligente, inclusivo e sustentável e para a coesão económica, social e territorial;

5. congratula-se, por conseguinte, com as recomendações do relatório «Cidades do Futuro» de fortalecer as cidades através da promoção de estruturas locais sustentáveis para a criação de uma economia resiliente e inclusiva, melhora o aproveitamento do potencial de diversidade socioeconómica, cultural, geracional e étnica, da luta contra a exclusão social e a pobreza, da melhoria das condições de habitação, da adoção de uma abordagem holística das questões ambientais e energéticas, da preservação e da criação de espaços públicos ao ar livre atrativos, da promoção de sistemas de transporte sustentáveis, inclusivos e saudáveis e do fomento de um desenvolvimento territorial equilibrado;

6. apoia a necessidade de estratégias holísticas para o desenvolvimento urbano sustentável, de cooperação horizontal e vertical num sistema de governação participativo e transversal a todos os níveis de governo e de políticas, que levem em conta a diversidade das cidades e a importância da inovação social e do planeamento futuro;

7. refere a «Declaração de Copenhaga» do Comité das Regiões, de 23 de março de 2012, que apela para cidades mais verdes, mais inclusivas do ponto de vista social e mais competitivas economicamente e insta as instituições da UE a integrar a Estratégia Europa 2020 no nível local, a disponibilizarem recursos financeiros adequados para uma política urbana abrangente, a atribuírem maior importância à cooperação territorial entre as cidades europeias e um papel mais forte às cidades e regiões na elaboração da política europeia, a empreenderem mais esforços para promover a descentralização nos Estados-Membros da UE e conceder maior liberdade financeira às cidades e regiões;

8. lembra que o seu parecer sobre «O papel da regeneração urbana para o futuro do desenvolvimento urbano na Europa», de 10 de outubro de 2010, advoga o reforço da dimensão urbana em todos os domínios políticos da UE;

Observações

9. lembra que as cidades são sempre um reflexo das relações sociais. A forma e a qualidade de vida das cidades do futuro serão moldadas por decisões económicas e sociais e evoluções em todos os níveis de responsabilidade política e económica;

10. observa que a importância das cidades para a União Europeia vai muito além dos fatores económicos e demográficos. Cidades bonitas, inteligentes, eficientes do ponto de vista energético e dos recursos, verdes e inclusivas são a base para uma coexistência harmoniosa e solidária na nossa sociedade;

11. sublinha que as cidades estão interligadas de forma estreita e inseparável com os seus arredores por relações sociais e económicas e, por isso, têm um papel importante no desenvolvimento territorial equilibrado;

12. salienta, neste contexto, que a atual distinção categórica entre áreas urbanas e rurais não será futuramente apropriada para a partilha de responsabilidades e terá que dar lugar a uma análise da interação entre estas áreas com base na funcionalidade e interdependência;

13. sublinha que a cidade europeia, em comparação com outras cidades no mundo, se distingue através da autodeterminação democrática, de uma sociedade civil forte, da integração social, de uma inter-relação funcional entre a esfera privada e a esfera pública, da garantia de liberdade, da emancipação e de uma cultura de planificação urbana distinta;

14. observa que a desindustrialização e a globalização têm levado ao desaparecimento de uma base importante para a integração social e económica. Tanto em áreas mais pobres como em áreas mais prósperas têm-se desenvolvido novas estratégias de reforço da coesão social, que até agora mal conseguiram refrear as tendências crescentes de diferenciação a nível social e espacial. Mas, apesar desses esforços, a segregação e a divisão sociais aumentaram em muitos lugares, e continuam a representar um desafio considerável para a coexistência urbana;

15. indica que é urgente contrariar a crescente polarização económica e social na nossa sociedade com investimento na educação para todos, desde a primeira infância, em mercados de trabalho inclusivos, na aprendizagem ao longo da vida e numa política de integração ativa e com salários justos suficientes para suprir as necessidades dos cidadãos e iguais para homens e para mulheres. Assinala que o desenvolvimento económico e a criação de mais emprego nas cidades são fulcrais neste contexto;

16. observa com preocupação que, em algumas das grandes cidades, estes problemas se têm agravado e desencadeado violentas manifestações de protesto, um sinal também da desconfiança de muitos cidadãos nas instituições políticas;

17. refere que o impacto local da evolução demográfica e do envelhecimento da sociedade acarretam novas exigências para as infraestruturas sociais e o espaço público. Face à crescente pobreza que reina entre os idosos, serão necessários sistemas de segurança social e serviços sociais sustentáveis, acessíveis aos cidadãos, sensíveis às especificidades culturais e a preços razoáveis;

18. salienta que, neste contexto, independentemente dos atuais elevados níveis de desemprego da juventude, a Europa dependerá nas próximas décadas da imigração de jovens para assegurar o crescimento económico e mitigar os efeitos do envelhecimento nos sistemas sociais e de saúde. Cidades abertas e atrativas são uma condição indispensável para a imigração. No entanto, os migrantes e as minorias étnicas continuam a enfrentar nas cidades grandes obstáculos no acesso à educação, ao emprego, à habitação e à assistência médica. Por conseguinte, são necessárias estratégias eficazes de integração local para uma política de imigração pró-ativa;

19. destaca a importância de satisfazer as necessidades que são fundamentais para a sociedade, ou seja, o acesso à habitação, às creches, aos jardins de infância e espaços seguros onde as crianças possam brincar e desenvolver-se, contribuindo assim para eliminar os obstáculos que dificultam a constituição ou a ampliação de uma família. Consequentemente, importa apoiar todas as medidas que promovam uma evolução demográfica equilibrada;

20. destaca os desafios colocados pelas alterações climáticas e a necessidade de reduzir o consumo de energia através de processos de reciclagem e de aumentar a eficiência energética, os sistemas interconectados, a área de espaços abertos e verdes, os novos métodos de construção e as formas de mobilidade seguras e saudáveis sem impacto sobre os recursos existentes;

21. assinala a importância da cultura e da criatividade, não só para o crescimento económico, mas sobretudo para a criação de qualidade de vida, uma democracia participativa, a paz e o respeito mútuo. A cultura urbana inclui também a preservação da arquitetura e de conceitos de planificação urbana, um espaço público de elevada qualidade e acessível a todos, bem como a sensibilidade para as características locais e regionais;

22. sublinha a importância fundamental de elementos participativos na elaboração de políticas, a fim de ganhar a confiança e a participação dos cidadãos e reforçar a coesão social. Essa participação dos cidadãos só é possível se as administrações municipais divulgarem, abertamente e de forma transparente, os fundamentos das suas decisões;

23. considera necessários os vários esforços das instituições europeias para apoiar as cidades através de programas de financiamento e de iniciativas, uma vez que os municípios que não dispõem de uma adequada base financeira própria dependem dos fundos neles previstos;

24. observa com preocupação que, apesar das declarações de intenção da Carta de Leipzig e do processo político que lhe está associado, o empenho dos Estados-Membros na política urbana tem diminuído nos últimos anos em vez de aumentar. Isso reflete-se no facto de até agora não se ter conseguido inteiramente dar prioridade a questões de política urbana em domínios políticos relevantes como o emprego, o ambiente, a educação e a ciência e a habitação. Este problema também se manifesta nos orçamentos reduzidos destinados aos programas de financiamento da política urbana. Por este motivo, há que encontrar e mobilizar o mais rapidamente possível recursos ao nível europeu, que permitam às cidades reagirem com flexibilidade aos diferentes problemas;

25. está preocupado com a situação catastrófica das dotações financeiras atribuídas aos municípios na maioria dos Estados-Membros, sobretudo por estar ciente de que, dadas as prioridades orçamentais, a mesma não poderá melhorar sem uma mudança de rumo dos Estados-Membros;

26. prevê que, face às graves ameaças sociais, económicas e ambientais, os esforços envidados para preparar as cidades europeias para o futuro não bastam para poderem, enquanto lugares de inovação social, simultaneamente competitivos, bonitos, inteligentes, eficientes do ponto de vista energético e dos recursos, verdes e inclusivos contribuir plenamente para reforçar a coesão social, económica e territorial da União Europeia e para implementar os objetivos da Estratégia Europa 2020;

Reivindicações políticas

Generalidades

27. assume que, perante os desafios sociais atuais, é transversal a todos os níveis políticos responsáveis um interesse comum em cidades fortes e democraticamente autónomas, capazes de servir de base à sociedade europeia. Na democracia local forte, que responde às expectativas dos cidadãos e é capaz de agir dará um contributo significativo para a recuperação da confiança nas instituições da democracia representativa em todos os níveis;

28. reitera o seu apelo de uma visão de desenvolvimento social que vá além do produto interno bruto (PIB), leve a sério as preocupações e necessidades dos cidadãos e os envolva mais na conceção dos programas e intervenções;

29. espera dos representantes eleitos uma liderança confiante e corajosa em todos os níveis políticos, de forma a assegurar a uma convivência pacífica e solidária. Só é possível desenvolver um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável com paz e uma verdadeira solidariedade além-fronteiras. Isto implica uma cultura ativa de acolhimento dos migrantes, incluindo a promoção de competências interculturais nas administrações públicas e instituições. Isto também implica um empenhamento forte e inequívoco na proteção dos refugiados e das pessoas vítimas de perseguição política e discriminação em razão da sua etnia, credo, orientação sexual, pertença a determinado grupo social ou opinião política;

30. destaca a importância de estratégias locais integradas para uma utilização coordenada e eficiente dos recursos e preconiza o envolvimento e a participação de todas as políticas setoriais pertinentes. A cooperação construtiva e natural entre todos os níveis de governo e departamentos é essencial para demonstrar aos cidadãos que as instituições sabem lidar de forma responsável com a confiança nelas depositada e estão empenhadas em responder às necessidades locais;

31. insta os decisores políticos a todos os níveis a empenharem-se por conseguir uma mobilidade saudável e sustentável nas cidades e entre estas. Importa desenvolver os transportes públicos de forma a torná-los acessíveis a toda a população. Insta ainda os decisores políticos a prosseguirem o desenvolvimento das cidades na tradição do modelo da cidade europeia, através da integração das várias funções, densidade e qualidade (urbânica e arquitetónica);

32. advoga a renovação de esforços no sentido de aprofundar os conhecimentos sobre os aspetos técnicos, sociais, económicos e ambientais do desenvolvimento urbano. Convém dar aqui explicitamente ênfase à importância do mundo virtual para viver e trabalhar nas cidades e regiões;

33. sublinha a importância de parcerias entre cidades, redes de cidades europeias como EUROCITIES, bem como de projetos de cooperação intermunicipal e transnacional no âmbito de

URBACT, INTERREG e AECT para melhorar o conhecimento e as abordagens da política de desenvolvimento urbano, e destaca a necessidade de aproveitar os frutos dessa troca de conhecimentos na elaboração de políticas, especialmente no domínio dos fundos estruturais, mas também de políticas relevantes tais como serviços de interesse geral, transportes e proteção ambiental;

À Comissão Europeia, ao Conselho e ao Parlamento Europeu

34. solicita o envolvimento óbvio das cidades e regiões nas estruturas de vários níveis da União Europeia em todos os domínios políticos, em que a capacidade de ação dos governos infranacionais é afetada pelas decisões tomadas a nível da UE;

35. insta a um compromisso visível das instituições europeias para reforçar as cidades, que se reflita nas prioridades do próximo orçamento da UE;

36. volta a reivindicar políticas de financiamento estruturais, que continuem a dar espaço de manobra suficiente aos municípios para implementarem uma abordagem integrada e transversal aos vários fundos existentes e direcionada para as prioridades locais, com base em projetos sociais e de investimento e que tenha em conta as necessidades locais. Para poderem realmente implementar as políticas estruturais, terão de ver reduzidos os encargos associados a tarefas de administração e de controlo;

37. sublinha a importância da política de coesão como um instrumento fundamental para reforçar a coesão social, económica e territorial e espera que o próximo período de financiamento emita um sinal claro de apoio às cidades através de uma forte dimensão urbana, de maior flexibilidade na utilização dos recursos e um papel central na implementação para o nível local. Dada a importância fundamental das cidades para a coesão social, económica e territorial, tal apoio deve ser claramente superior à percentagem mínima de 5 % até agora proposta;

38. remete para as reivindicações do seu parecer sobre a proposta da Comissão relativa ao FEDER, em particular a possibilidade de uma utilização flexível dos recursos, sem privilegiar ou discriminar determinados tipos de regiões, de modo a não excluir territórios rurais e periurbanos dos benefícios do FEDER. O foco geográfico dos recursos do FEDER para os diferentes tipos de regiões deve ser determinado no âmbito do processo de programação conduzido em parceria, e não decidido antes. A delegação de tarefas nas cidades, através do instrumento para o «investimento territorial integrado», definido no artigo 99.º do regulamento geral, deve ser vista como uma opção e não se tornar obrigatória;

39. congratula-se com o desenvolvimento de instrumentos de financiamento sustentáveis na política estrutural, que constituem, para além das subvenções públicas, mecanismos de financiamento criativos e estáveis;

40. solicita um papel mais incisivo para as cidades e regiões no desenvolvimento da política europeia de imigração e integração, que faça jus à importância fundamental dos órgãos de poder local justamente no âmbito da integração;

Aos Estados-Membros

41. insta os Estados-Membros a darem novo alento aos seus esforços em matéria de política urbana e a contemplarem também, nestas iniciativas, domínios de ação política sem uma

ligação territorial. O desenvolvimento urbano sustentável requer condições de base que lhe são propícias, nomeadamente no âmbito da política de emprego, da política social, da política de educação e de ambiente;

42. exorta a um debate mais intenso sobre as ações necessárias nas e com as cidades. A cooperação entre cidades e conurbações é essencial para assegurar a coesão e um desenvolvimento sustentável.

Bruxelas, 19 de julho de 2012

*A Presidente
do Comité das Regiões*
Mercedes BRESSO